

ATA Nº 02/2023

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal da Educação (SMED), sito a Rua General Rondon, número 2195, centro, Toledo/PR, os Membros do Conselho de Acompanhamento e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes que abaixo assinam. A presidente Gilmara Sangi Ribeiro iniciou a reunião dando as boas vindas aos presentes, em seguida fez a leitura da convocação e da pauta, comunicando também a todos que recebemos um ofício do Vereador Professor Oseias, o qual solicita um parecer do trabalho relativo ao período de 2023, com remuneração do FUNDEB, o qual já foi realizado o encaminhamento, a presidente comunica a todos, que a partir de hoje as reuniões serão gravadas, para que a ata seja relatada de uma maneira mais detalhada, conforme solicitação da reunião anterior. Em seguida, passando então a palavra para o Sr. Milton para o Demonstrativo e Prestação de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), contas de novembro e dezembro/2022. Em um primeiro momento, Sr Milton se apresenta ao novo conselho, e faz uma explanação sobre o Relatório do Controle Interno Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, Parecer da Gestão Dos Recursos do Fundeb - (Para Fins da Prestação de Contas Anual), relacionado ao exercício de 2022, que devemos elaborar na reunião de hoje, ele explica que a um tempo atrás era um pouco mais complicado a entrega desses pareceres e que agora, todo mês é enviado um relatório, também explica que atualmente o recursos do FUNDEB são quase que exclusivamente para pagamento de servidores. Luci, explica a todos que é necessário fazer algumas adequações neste documento, então sugere que se faça uma leitura em conjunto de item por item e assim conforme fomos lendo, já faremos as alterações necessárias. Após lidos item por item, e feitas as alterações, fica aberto a perguntas: Gisele questiona qual a função desse parecer, Luci explica que conselho deve emitir um parecer para o controle interno, dizendo que não foi encontrado nenhuma irregularidade nas prestações de conta. Maura questiona, dizendo que é complicado assinar um relatório final aprovando a prestação de conta anual do conselho anterior, sem ter sido mostrado nada das prestações de conta anteriores então sugere que para as futuras aprovações anuais, seja feito um resumo das prestações do ano, para ficar um pouco mais claro aquilo que está sendo aprovado, tendo em vista que essas prestações que este conselho aprova é a prestação apresentada para os conselheiros anteriores. Luci sugere que Milton faça a prestação de contas dos meses de novembro e dezembro de 2022, e ao final façamos um apanhado geral dos meses anteriores. Enquanto aguardamos a organização para a prestações de contas, a Presidente do Conselho Gilmara, solicita a palavra, seu apontamento é em relação às datas datas futuras reuniões, ela questiona ao grupo se as reuniões podem continuar sendo marcadas com 15

dias de antecedência à Prestação de contas ou se o conselho prefere deixar um calendário já montado com as datas das próximas reuniões, Luci explica que no ano passado foi feita a tentativa de um calendário, mas ressalva que as reuniões dependem da contabilidade e de sua organização, esclarece que no ano passado não foi possível cumprir muito aquelas datas pré estabelecidas, destaca que nosso regimento prevê que façamos um calendário, mas, sugere que ao invés de fazermos uma reunião para a elaboração deste calendário, deixamos acordado o sistema de convocação com 15 dias de antecedência, para que assim todos possam se organizar e aqueles que não puderem comparecer que avisem com antecedência para que seja convocado em tem hábil seu suplente, o conselho em unanimidade concordou pela manutenção da forma que está sendo convocada às reuniões e não viu a necessidade da elaboração de um calendário. Em sequência, dando continuidade a reunião de prestação de contas, Maura questiona ao Sr. Milton que antigamente nas reuniões do FUNDEB, havia um relatório com o nome da pessoa, com o que foi pago a ela, relembra que na mesma época foi implementando a legenda explicando o que era o fonte 101 e 102. Milton destaca que algumas destas informações constam neste balancete que ele iria apresentar, mas este relatório ao qual a conselheira se refere, quem tem acesso é o pessoal da folha, deve ser solicitado ao Recursos Humanos, destaca que na época havia um relatório como esse, mas, não era ele que fornecia e sim o RH, ele explica também que o pagamento é realizado da seguinte forma: o Recursos Humanos, gera um arquivo TXT, e ele importa este arquivo no sistema de contabilidade, neste relatório tem todos os servidores que recebem com o recurso 101, ele faz este lançamento. Ele explica que, por exemplo, neste relatório consta “trezentas pessoas”, essas pessoas digamos que custa cem mil, esse valor é lançado em um natureza, como por exemplo: Folha de pagamento, Horas extras e etc, destaca que são essas informações que serão apresentadas neste relatório ao conselho, agora um relatório mais específico com nome de servidores e o valor que recebe deve ser solicitado, como já havia dito antes ao Recursos humanos. Luci destaca que foi solicitado ao RH, e ele repassou uma listagem só com os nomes e até questionou por não ter fornecido todas as informações solicitadas, visto que no portal da transparência tenho essas informações relacionada aos valores que os servidores recebem de forma nominal, explica que a orientação do jurídico foi a de que não podia ser fornecido, tendo em vista a Lei de Proteção de dados. Franciele explica que quando teve uma palestra com o pessoal da OAB, foi explicado sobre os dados sensíveis, que seria o caso dessas informações, que no caso quem deve solicitar essa informação é o próprio servidor, que não se pode disponibilizar estas informações sem que esta seja solicitada pela própria pessoa. Maura aponta que esta questão acaba se tornando contraditória, sendo que conforme já foi dito anteriormente essas informações encontram-se na página da Prefeitura, ressalta também que somos um conselho e que estas informações ninguém está pedindo para levar para casa, destaca que estas informações, seriam apenas para o conselho analisar e não para ser exposto, analisa então que se formos seguir por esta perspectiva os nomes dos servidores com suas informações deveriam ser retirados da página da Prefeitura.

Franciele destaca, que em contrapartida tem a outra lei que é a Lei da Transparência. Leandro explica que a Lei de Proteção de Dados surgiu após a Lei de Transparência e que acabou gerando este conflito de Leis. O Sr. Milton, ressalta que essas informações detalhadas que foram pedidas ele não irá repassar, que estas informações devem ser solicitadas ao setor responsável por esses dados. O que ele irá repassar é o valor que chega pra ele, e quais os gastos que foram gerados com aquele valor disponível, uma informação mais geral. Maura destaca que, foi diante deste relatório, que antigamente era disponibilizado, que foi possível apontar alguns equívocos, onde continham pessoas que eram pagas com aquela fonte e que não deveriam, aponta que, como é que nós do conselho iremos fazer uma análise devida nos pagamentos, cuidar daquilo que é nosso, porque somos da educação e é do nosso interesse, se não temos essa informação. Milton afirma que esses equívocos podem acontecer, que realmente aconteceu de servidores que eram pagos e não poderiam ser pagos e outros que deveriam ser pagos com esse recurso e não eram, destaca que, é um trabalho feito por pessoas e qualquer pessoa está sujeita a erros, ainda em relação ao ano de dois mil e vinte e dois, afirma que, não tem muito mais a ser feito, porque já foi feito o empenho e o fechamento de tudo e reitera que se assim o conselho decidir por este relatório, que se faça a solicitação ao RH. Luci relata que ano passado o RH mandou uma listagem com os nomes dos servidores e indicando quais servidores foram pagos com a fonte 101 e quais foram pagos com a fonte 102, só não continham os valores. Milton diz que com esse relatório já se é possível fazer uma análise, Maura questiona o fato de nesta listagem não apresentar se o servidor é da educação de fato, Milton destaca que hoje em dia mudou um pouco, que não são apenas professores que podem ser pagos com esse recurso. Maura destaca ainda, que essa listagem é muita falha nas informações, Milton sugere então que seja reformulado o pedido, constando todos os itens que queremos analisar. Luci destaca que o ofício solicitado pelo então Vereador Professor Oseias, solicita exatamente estas informações mais detalhadas, referente aos meses de janeiro e fevereiro, salienta que nós teremos cópia também deste relatório solicitado. Milton destaca que com esse relatório já resolveria muitas das dúvidas deste conselho, e afirma que desta maneira se acaso houver alguma inconsistência, é possível fazer um estorno e empenhar na fonte correta, mas deve estar dentro do ano vigente. Elaine questiona se é essa prestação de contas, onde está discriminada mês a mês que vai para o tribunal de contas, Milton explica que o que vai para o Tribunal de conta vai uma relação de todas as receitas, como por exemplo todos os empenhos que foram feitos da natureza de despesa do FUNDEB. Gisele relata que saiu um questionamento em seu local de trabalho em relação essa transparência do FUNDEB, Milton diz que essas informações é possível de serem acessadas no portal de transparência na página do FUNDEB, Milton também explica que foi tomado com praxe, após a prestação de contas e aprovada, ser disponibilizado estes dados ao a página. Maura destacou que as mídias colocam que todos os professores podem acompanhar seus valores recebidos com este recurso, Milton complementa dizendo que a propaganda é grande e quando é feita uma pesquisa

mais a fundo vê que não é bem assim, o pessoal acaba falando coisas sem ter o devido conhecimento. Dando sequência, apresentou o demonstrativo das receitas e despesas e extrato bancário da conta corrente específica do FUNDEB do mês de novembro de dois mil e vinte e dois. O total da receita do mês de novembro foi de R\$ 6.453.728,43 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos), o total das despesas foi de R\$ 11.148.023,17 (onze milhões, cento e quarenta e oito mil, vinte e três reais e dezessete centavos) e o saldo financeiro foi de 232.128,76 (duzentos e trinta e dois mil, cento e vinte e oito reais e setenta e seis centavos). Após a apresentação do demonstrativo das receitas e despesas – FUNDEB do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, a Senhora Presidente abriu espaço para questionamentos, caso algum conselheiro tivesse dúvidas, foi levantado um questionamento em relação ao que é pago com as fontes 101 e 102. Milton faz a leitura do relatório onde explica que com a fonte 101, os recursos são destinados anualmente a remuneração de profissionais da educação básica (professor, e profissionais que executam as atividades de suporte pedagógico, tais como: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, coordenação pedagógica e orientação educacional) em efetivo exercício na educação básica pública (regular, especial, indígena, supletivo). Destaca que o recurso que vem hoje para o FUNDEB, não é suficiente para pagar a 101 e 102, onde alguns profissionais que da Educação Básica que poderiam ser pagos com esses recursos, são pagos com a fonte livre, 103 e 104, a fonte 103, são recursos do ICMS, FPM, IPI EXPORTAÇÃO, IPVA E DESONERAÇÃO, um percentual de 5% (cinco por cento) desse valor é destinado para pagar essas despesas, e temos também a fonte 104, 25% de todo recurso, IPTU, ISS, IMPOSTO DE RENDA e DESPESA de CONTRIBUIÇÃO E MELHORIA, é destinado para despesas com educação, são recursos que podem ser destinados para pagar qualquer uma dessas despesas, além disso o município tem que aportar da fonte 000, conhecida como recursos ordinários (livres), e pode ser pago qualquer uma dessas despesas. Essas fontes são usadas porque o recurso que vem do FUNDEB não é suficiente. Gisele questiona se o valor do FUNDEB é sempre atualizado, ou se o valor é mantido o mesmo todos os meses. Milton explica que quando o município recebe o FPM é retido 20%, e entra em conjunto com os 20% de todos os municípios do Paraná, e este é distribuído entre todos os municípios do Estado, conforme a quantidade de alunos do censo do ano anterior, como, o Município de Toledo, tem um pouco mais de alunos, comparado com outros é retido 20%, mas Toledo recebe aproximadamente 22% a 23% por exemplo. Então o cálculo é feito sempre em relação ao repasse total do FPM de todos os municípios do Paraná, todos os recursos, como ICMS, IPVA, entre outros arrecadados seguem a mesma sistemática. Por isso os valores recebidos não são iguais todos os meses, porque tem meses que o município arrecada mais em vista de outros meses. Não havendo mais nenhum questionamento, passou novamente a palavra ao Sr. Milton para apresentação das receitas e despesas referentes ao mês de dezembro de dois mil e vinte e dois. O total da receita do mês de dezembro foi de R\$ 6.432.696,37 (seis milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e

sete centavos), o total das despesas foi de R\$ 4.149.311,18 (quatro milhões, cento e quarenta e nove mil, trezentos e onze reais e dezoito centavos) e o saldo financeiro foi de R\$ 0,00 (zero). Após a apresentação do demonstrativo das receitas e despesas – FUNDEB do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, a Senhora Presidente abriu espaço para questionamentos, caso algum conselheiro tivesse dúvidas. Maura questiona em relação ao repasse do município para Cast, o valor apresentado no mês de dezembro foi de 103.649,64 (cento e três mil, seiscentos e que quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), que corresponde a 4% do nosso salário, a pergunta feita foi em relação ao caso dela que não tem a Cast se esse valor está incluso nesse repasse. Milton, responde que não, que esse valor corresponde a apenas quem tem a Cast. Ela questiona então, se o município está lucrando com as seiscentas vidas que optaram migrar pela Unimed, já que esse repasse não é efetuado, sua dúvida é em relação o que é feito com esse dinheiro, Milton volta a destacar, que mesmo que viesse mais dois milhões de reais de recurso para o FUNDEB, ainda assim não daria para pagar todas as despesas, então é um recurso que não está sendo investido. A presidente Gilmara Sangi Ribeiro, pede que seja dada continuidade a Reunião, visto que ela tem um compromisso em outra escola, e que também seria uma reunião de prestação de contas. Milton segue a apresentação, destacando que da parte dele, esta seria a prestação, caso tenha ficado alguma dúvida, pode procurá-lo, pois sempre está apto a tentar esclarecer o máximo possível. A presidente Gilmara colocou a prestação de contas apresentada em votação, nove dos conselheiros votaram pela aprovação e 1 abstenção. Ao final da reunião, Maura pede para constar em ata que as pessoas ao virem para reunião que venha sem pressa, e se por algum motivo estiver com pressa, ela pede que não atrapalhe a reunião, frisando que gostaria que isso não acontecesse mais. Para finalizar, a senhora Presidente encerrou a reunião, e eu, Fernanda da Silveira, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Fernanda da Silveira, secretária _____.

Conselheiros:

Presidente: Gilmara Sangi Ribeiro _____

Titular: Matheus Rosch Lima _____

Titular: Leandro De Araujo Crestani _____

Titular: Elaine Teresinha Pereira _____

Titular: Giselli Cristina Vital Delazeri _____

Suplente: Francieli Hein Suzin _____

Titular: Maura Regina Teixeira _____

Titular: Delezir Luiza Rocha, representada pelo suplente:Valmir Santiago Ramos

Suplente Administrativo: Delize Fabiane Kaefer Salomon

Titular: Adriel José De Quadros, representado pela suplente Vanessa Cristina Bieger de Souza

Representante do Departamento Contábil:

Milton Endler

Técnico da Secretaria Municipal da Educação

Luci Graciela Kuhn
